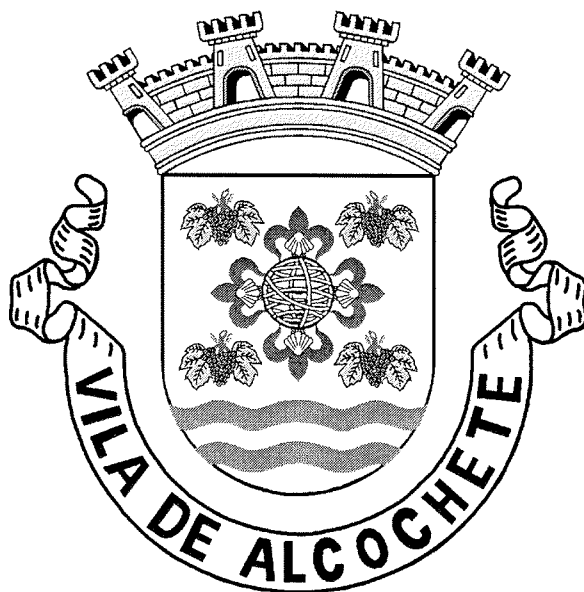




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 07 /20

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 18 DE
NOVEMBRO DE 2019**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Álvaro Jacinto Costa, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Maria de Fátima Lima Vieira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Ana Mafalda Boieiro Marques e Alexandra Isabel da Silva Braz.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Miriam Pires Boieiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituída por Luís Miguel Ramos Cesário. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Sérgio Miguel Pratas Duarte. Também justificaram a sua ausência Rui da Graça Santa, Luís Manuel Teopisto Cardoso e Inês Rosado. (Documento anexo à Minuta da Ata)



- Diogo Mourão, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por José Luís Catalão. Também justificaram a sua ausência Elisa Massaroca e António Mariquito. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Lúcia Maduro, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Mafalda Catalão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, por motivo de saúde, tendo sido substituída pelo tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Francisco, Francisco José Brás Ferreira Nascimento. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

Não compareceu o vereador José Luís dos Santos Alfélua, que justificou a sua ausência, tendo sido substituído por Susana Isabel Freitas Custódio. (Documento anexo à Minuta da Ata).

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 23 de abril de 2019

Submetida à discussão, a 2.ª Secretária da Mesa propôs as seguintes alterações:

- Na página 7, na intervenção de Diogo Mourão, deve-se ler “apresentadas na moção vão ao encontro das preocupações do PS”;
- Na página 9, na intervenção de Álvaro Costa deve-se ler “se a população aumentar, torna-se necessário construir-se mais escolas”;
- Na página 11, fechar aspas na declaração de voto de Álvaro Costa;
- Na página 12 fechar aspas na intervenção do presidente;
- Na página 21, na intervenção de Álvaro Costa deve-se ler “nunca foi um indivíduo mentiroso. Pode muitas vezes não dizer a verdade”; Na intervenção do presidente da câmara, na última linha deve-se ler “que o anterior executivo esteve na câmara desde 2005”.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- *Henrique da Câmara:*

Entende que houve desrespeito para com a assembleia municipal, concretamente no que se passou com um *post* que saiu nas redes sociais, o qual referia que o orçamento já estava aprovado. De facto, foi aprovado apenas na câmara municipal e transitou para a assembleia municipal para aprovação, podendo neste órgão ser aprovado ou não. Referiu que posteriormente a situação foi retificada.

Questionou o motivo pelo qual não foi feita a publicitação da presente sessão no *site* da câmara municipal.

Estranha que a CDU não tenha recebido convite para as comemorações do aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros, dado ser habitual receber. Ainda em relação a esta Associação, questionou qual o valor pago pelo mural que foi pintado e relativo a esta. Na sua opinião não ficou uma obra bonita, mas também não estranha, porque a pintura da figura do leão no “Bote Leão” está na mesma linha, manifestando, no entanto, disponibilidade para, no seu táxi, indicar ao presidente da câmara trabalhos de outros artistas que certamente cobram menos dinheiro.

Questionou a veracidade de rumores sobre o facto de o presidente da câmara utilizar a viatura da câmara para transportar os filhos para a escola, em virtude de outras situações anteriormente questionadas na assembleia.

Da entrevista que o presidente da câmara deu a um jornal regional, destaca o que diz respeito à obra do “Miradouro Amália Rodrigues” quando afirma que recebeu o projeto concluído, tendo apenas assinado a consignação da obra. Porém, quem adjudicou a empreitada foi o atual executivo, pelo que a afirmação não é verdadeira.

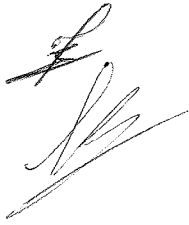
Ainda a propósito da entrevista, afirmou que também não entende o que foi feito de especial na recuperação da praia do Samouco, dado que a limpeza desta e dos balneários sempre foi assegurada em anos anteriores. Este ano, aconteceu é que foram feitas despesas extras, inclusive com um funcionário que deveria estar no parque de merendas a cumprir o seu horário e nem por isso cumpre.

A necessidade imperiosa de repor o equilíbrio nas contas, também não é entendível, questionando mesmo o que fez o presidente da câmara nesse sentido. Na sua opinião, limitou-se a aproveitar um bom trabalho do anterior executivo, o qual apesar da crise que assolou o país, conseguiu equilibrar as contas do município e criar condições para o atual mandato, parecendo-lhe até, que haverá algum problema em assumir os projetos deixados pela gestão CDU que estarão a ser construídos e acabados pelo atual executivo.

Lamentou também que na referida entrevista, o presidente nunca tenha mencionado que algumas obras foram ideia da CDU.

Lembrou o atraso na aplicação do Plano Médico Dentista, que já entrou em contas em 2018, mas na prática ainda não há nada e explicou o que levou a CDU a votar contra a comparticipação dos medicamentos a idosos, dizendo que o voto contra é pela forma como está a ser feito que é a de o Estado não ficar com este encargo que lhe pertence.

Trata-se de um processo complicado e alertou para o facto de no concelho existirem duas entidades que gerem esta matéria (Santa Casa da Misericórdia e Cais do Sal). Mais referiu, que não fica bem à vereadora do pelouro, chamar burros aos eleitos da CDU (comentário feito numa rede social).



- *Luiz Batista:*

Referiu que, se for verificada a sua intervenção ínsita na página cinco da ata da sessão de abril, verificar-se-á que os compromissos apresentados ainda não foram concretizados.

Voltou a falar sobre a questão da segurança junto à escola provisória do Valbom, dado que continua apenas sinalética colocada a 30 metros do início da escola, mas que é de pouca visibilidade tratando-se de uma via rápida. Apesar de o presidente da câmara ter referido que o assunto estava a ser tratado com a GNR, receia que se chegue ao fim do ano letivo sem nada ser feito, pelo que propôs a redução de velocidade na via, acompanhada de automatismos nos sinais luminosos e ainda a colocação de duas bandas de borracha que obrigasse a reduzir a velocidade.

Solicitou a marcação de uma reunião com os líderes de bancada para tratar de assunto relacionado com a representatividade dos membros da assembleia e também sobre a forma com esta tem sido desvalorizada.

- *Mário Boieiro (Presidente da assembleia):*

Lembrou que o regimento da assembleia refere que os membros da assembleia têm o dever de lealdade perante este órgão, contudo lê muitos comentários com *likes* quando a assembleia é desvalorizada nas redes sociais, o que é lamentável. A assunção de um comportamento correto começa em cada um e para isso não vê necessidade de marcar reuniões, (contudo até final de dezembro marcará uma reunião para alteração do regimento). Como exemplo, referiu ter lido um comentário que não era compreensível marcar uma assembleia para uma segunda feira, pelas 21:00 horas, porque está frio dada a temperatura que se regista habitualmente nesta época do ano. Ora, que saiba, por Lei, a assembleia municipal tem que obrigatoriamente reunir durante o mês de abril, independentemente de estar frio ou calor.

- *Presidente da câmara:*

Em resposta ao deputado Henrique da Câmara, afirmou que lhe parece que a partir do momento em que os eleitos na câmara votaram favoravelmente o documento, isso pode ser uma notícia, sendo que implicitamente os documentos sejam remetidos à assembleia para aprovação, não vendo nesta atuação a sobreposição de uma coisa à outra.

Relativamente ao custo da pintura do mural junto aos bombeiros, informou que a câmara pagou o valor de cerca de oito mil euros. O trabalho realizado tinha dois objetivos práticos: um e o mais importante era que na impossibilidade de fazer algo mais valioso para os bombeiros e que de alguma forma perpetuasse aquilo a expressão dos sentimentos (reconhecimento e gratidão pelo trabalho que esta corporação vem a prestar ao longo de 71 anos de existência, quer no concelho quer a nível nacional).

O trabalho foi executado através de ajuste direto à associação “MOCA” da qual fazem parte dois municípios de Alcochete, artistas em arte urbana, Marco Federado e Luís Santos. Foi feito um bom trabalho, já falado no estrangeiro e que agradou muito aos bombeiros.

Em relação ao uso da viatura oficial, informou que de facto a utiliza no transporte do seu filho mais novo para o colégio “Planeta Brilhante” que se situa no início da estrada da Atalaia. Tem-no feito sempre e continuará a fazer até que alguém com poderes nesta matéria indique não ser possível. Mais disse, que reside na avenida Dr. Luís Cebola que fica a cerca de 300 metros do colégio.

Congratulou-se com a leitura feita pelo deputado Henrique da Câmara à entrevista dada ao jornal regional.

Esclareceu uma vez mais, relativamente à obra do Miradouro “Amália Rodrigues” que não mentiu, pode é eventualmente omitir por desconhecimento ou esquecimento. De facto o projeto era da CDU e o atual assinou o Auto de Consignação, porém quando a questão lhe foi perguntada, apenas se lembrava deste último e não que também tinha procedido à adjudicação da empreitada, por não ter estado presente na reunião onde o procedimento foi aprovado.

Quanto à praia do Samouco, retorquiu que o melhor era auscultar os samouquenses e ficarem atentos às suas respostas.

Relativamente ao equilíbrio das contas, afirmou que nas várias vezes que abordou esta matéria salientava que o que foi feito foi fruto do aumento da receita por via dos impostos indiretos, nomeadamente o IMI e o IMT que apesar das descidas, por poucas que tenham sido em termos de taxa, o que é certo é que as receitas conseguiram manter-se. Houve também um esforço acrescido na contenção de vários custos, com algum mérito, porque poderia ter feito outras coisas que noutros tempos foram feitas e que têm implicação direta na redução da despesa, ficando margem de manobra para ter mais dinheiro e fazer aquilo que importa, ou seja, satisfazer as necessidades das populações.

Quando afirma que a CDU gastou mal o dinheiro, deu como exemplo os 15 mil euros gastos em final de mandato, para fazer os livros que fizeram, apesar de ser um direito que lhes assiste, dado serem atos de gestão. A CDU fez a gestão que entendeu e foi escrutinada. Acrescentou também, não fazer sentido mencionar sempre que uma obra foi idealizada pela CDU. Passados mais dois anos, também deixarão muita coisa pensada e pronta a avançar e quem vier a seguir dará seguimento ou não.

Esclareceu que a escola do Valbom tem uma estimativa de cerca de dois milhões de euros. Quando referiu o valor de um milhão e duzentos mil euros tinha a ver com o financiamento a que se recorreu para a escola e no restante, serão utilizados fundos próprios.

Em relação à obra da rede ciclável pedonal, voltou uma vez mais a esclarecer todos os procedimentos atinentes à mesma, desde a altura em que tomaram posse até ao presente momento.

Esclareceu quanto à cadeira do dentista, que o valor atribuído pela câmara foi de vinte mil euros. O valor de cinquenta mil euros corresponde ao valor total do projeto. De acordo com a informação do diretor executivo do ACES, Dr. Prisco o processo irá avançar no início de 2020.



A votação dos eleitos da CDU contra o programa de comparticipação dos medicamentos, foi uma surpresa total, porque se convenceu que todos votariam a favor, dado tratar-se da prestação de um serviço público a pessoas carenciadas e que serão devidamente identificadas. A CDU noutros municípios têm em vigor algo parecido com este programa, o que ajudou a reforçar a sua surpresa.

No plano de estratégia invocado, não encontra em parte nenhuma a criação de um polo universitário ou politécnico, no entanto entende que poderá vir a ser uma boa medida.

Quanto à situação da segurança junto à escola provisória do Valbom, a indicação da GNR é a de que não é necessário fazer nada, dado que a velocidade dentro da vila está definida e os semáforos são limitadores da velocidade, contudo voltará a reunir com o vereador Pedro Lavrado sobre esta matéria, porque apesar de ser correto o entendimento da GNR, entende que eventualmente, algo mais poderá ser feito.

- Presidente da assembleia:

Em relação a não ter sido publicado o edital da presente sessão no *site* da câmara, esclareceu que o regimento da assembleia não obriga a fazê-lo. A câmara publica porque quer, o que não deixa de agradecer.

A funcionária de apoio administrativo (Idália Bernardo) justificou, que por lapso o edital não foi enviado para publicação no *site* da câmara como é hábito, contudo o mesmo foi disponibilizado a toda a população através dos meios oficiais de costume.

Explicou que a câmara apenas aprova uma proposta de orçamento e o envio desta à assembleia municipal para aprovação final do documento e obviamente esta poderá aprovar ou não. A situação referida pelo deputado Henrique da Câmara diz respeito à publicação de um município e depois pelo PS, pelo que fez chegar a este o seu desagrado pela notícia, porque independentemente do lugar que ocupa, se alvo estiver incorreto, chamará sempre a atenção. O PS teve a amabilidade de corrigir a notícia.

- Presidente da câmara:

Relativamente aos convites para o aniversário dos bombeiros, informou que os mesmos são remetidos pela Associação e não pela câmara.

- Henrique da Câmara:

Questionou se há algum desenvolvimento na empreitada do Miradouro “Amália Rodrigues”?

- Presidente da câmara:

Em resposta, informou que o contrato foi rescindido com a empresa e que esta colocou uma providência cautelar. A câmara respondeu com fundamentação e aguarda indicações do Tribunal, para se poder realizar novo concurso público.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- José Luís Nunes Catalão, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor à “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- José Luís Nunes Catalão, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor à “Andante – Associação Artística”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Mafalda Marques, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de moção sobre “Governo quer proibir pais de educarem livremente os seus filhos”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Afirmou que é defensor da cultura tauromáquica, porém o texto apresentado tem coisas que não compreende. A imposição da idade mínima para assistir a espetáculos tauromáquicos é uma imposição da ONU e não dos pais como diz o texto. O acesso ao cinema também é fixado com idade mínima e ninguém fala do assunto, pelo que provavelmente se está a misturar a política nesta matéria.

- Luiz Batista:

Declarou que não é especialmente aficionado, mas a intervenção do presidente da assembleia confundiu-o. Vive-se num país onde as crianças podem ir ao futebol a partir dos três anos de idade e, trata-se de um espetáculo onde se observam pelotões de polícias altamente armados, a enquadrar pessoas que parecem estar enjauladas, que usam de palavreado menos correto e onde ocorrem episódios de violência cruéis e vis. E contudo, sobre isto a ONU nada diz, porque de facto não pode impor, pode é recomendar tendo em conta os países e as suas tradições.

Respeita os pais que não gostam e não dão essa educação aos filhos, contudo, no caso de Alcochete e de outras zonas do país, a prática tauromáquica é corrente e aceite pela generalidade das pessoas e estas também devem ser respeitadas.

- Presidente da assembleia:

Retorquiu que o que está em causa é a imposição da idade de 16 anos para assistir a um espetáculo tauromáquico e não a proibição de as crianças brincarem aos toiros.

- Álvaro Costa:

Declarou-se aficionado, gosta de toiros e sempre viveu neste caldo cultural que é muito forte e antigo. Esta polémica foi levantada por quem tem o direito de a levantar, de ter opinião contrária e não ir às touradas, de querer a extinção dos toiros bravos e ofender a economia pondo em causa postos de trabalho.

Considera que em torno desta matéria há uma certa hipocrisia porque em Alcochete toiros é cultura e noutras zonas do país os toiros são vistos doutra forma, mas considera descabida a questão levantada.

Submetida à votação, a moção foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Cristina Brandão, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Dia Internacional para a eliminação da violência doméstica contra as mulheres”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Entende que a moção apresentada fica um pouco aquém do que deveria ser (mas concorda com ela), porque também deveria invocar a justiça, dado que um dos problemas da violência é a falta de aplicação da Lei pelos tribunais.

- Álvaro Costa:

Frisou que a moção não é contra o Governo e elenca uma série de situações e de causas que não são só portuguesas, são também universais. O tema deve ser tratado com a profundidade que merece trazendo ao de cima o que é importante.

- Presidente da assembleia:

Lembrou que há países onde tratar mal as mulheres está contemplado na Lei.

- José Luís Catalão:

Propôs que a moção seja remetida aos Órgãos de Soberania, em vez de ser ao 1.º Ministro, o que foi aceite.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Andreia Sousa, em nome do PSD, apresentou uma Saudação pela “Queda do Muro de Berlim”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Afirmou tratar-se de uma Saudação sobre um facto histórico, contudo, também afirmou que o muro de Berlim não caiu e continua lá, apenas lhe tiraram o cimento. Quem vive na Alemanha de Leste não tem as mesmas condições de quem vive na Alemanha Democrática, porque são tratados de forma diferenciada em termos sociais.

É contra todos os muros, sejam eles quais forem.

- Presidente da assembleia:

É um facto que o muro caiu e que as pessoas passaram a ter liberdade para passar de um lado para o outro.

- Luiz Batista:

Afirmou que no PSD são contra todos os muros e a ser verdade as diferenças entre os dois lados, veja-se o estágio em que se encontram aquelas populações (Alemanha de Leste) ao fim de trinta anos.

Também entende que a CDU tenha uma posição diferente, senão estavam todos do mesmo lado.

- Álvaro Costa:

Salientou que o desemprego na Alemanha de Leste é o dobro do da Alemanha Democrática, quando na altura do muro não havia desemprego. Lembrou que em Portugal também foi derrubado um muro “o fascismo” e contudo, hoje em dia, ainda há muita gente que não sabe e outros até escondem a sua divulgação.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor, 4 abstenções e 6 votos contra. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registaram-se as seguintes intervenções:

- D. Manuela Cucharra:

Informou que é membro da associação APDA Setúbal (deixou na Mesa dois folhetos relativos a esta Associação explicativos da atividade desta).

É residente em Alcochete e tem um filho autista e na qualidade de membro da associação questionou se a câmara poderia atribuir um apoio financeiro para ajudar com as despesas da mesma. Referiu que a associação recebe apoio de empresas, com géneros, porém não podem viver só disto.

- Presidente da câmara:

Salientou o empenho e a determinação que a senhora tem desenvolvido na luta para que este problema seja minorizado e sugeriu a marcação de uma reunião com a vereadora que tem a valência da Ação Social, Maria de Fátima Soares, que a ouvirá e certamente desenvolverá as “démarches” necessárias de acordo com as possibilidades financeiras da câmara.

De seguida, o presidente da assembleia propôs um intervalo de cinco minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A câmara tomou conhecimento.

Antes da discussão do ponto dois, o presidente da câmara sugeriu que a discussão dos pontos agendados fosse efetuada em simultâneo, com votações separadas, porém, o presidente da assembleia, concordou com a discussão simultânea de todos os pontos, com votações separadas à exceção do ponto 5. O método foi aceite.

PONTO 2 – LANÇAMENTO DE DERRAMA

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Informou que os documentos apresentados foram construídos com muito empenho, rigor e com a transparência necessária para se poder estar na presente sessão de forma franca e aberta, a discutir as opiniões sobre os documentos previsionais, os quais contaram com a colaboração dos técnicos da câmara, quer das bancadas partidárias que, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição apresentaram propostas, nomeadamente a CDU e o PSD. Os documentos apresentados estão fundamentados na política orçamental que têm vindo a implementar e definem as orientações gerais e específicas para o seu cumprimento.

O orçamento para 2020 tem o valor de €9 261 485,06. Fazendo a comparação com o período homólogo regista-se um crescimento orçamental de €1 133 747,00. Para poder ter o equilíbrio necessário à apresentação do orçamento por via da receita, contam muito com os impostos diretos, os quais representam cerca de 50% das receitas correntes e nestes está incluído o IMI.

Quanto ao IMI, a proposta volta a apresentar uma redução, posicionando a mesma em 0,399%, acrescentando tal como no ano anterior o IMI Familiar. Relativamente a este,

lembrou que o mesmo prevê uma dedução fixa em função do número de dependentes a cargo, ou seja, agregados com uma pessoa a cargo que representa uma redução de €20,00; com duas pessoas €40,00 e com três ou mais €70,00. O IMI na taxa indicada representa uma redução da receita em cerca de 300 mil euros. De seguida, fez o historial das taxas de IMI aplicadas no concelho desde 2003 até ao presente, concluindo que este ano se regista a taxa mais baixa praticada desde 2003.

No IUC- Imposto Único de Circulação, a previsão para 2020 é de 480 mil euros, registando-se um pequeno ascendente face ao período homólogo.

No âmbito da Derrama, a proposta é de 1,5% para o geral e de 1% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior, não tenha ultrapassado 150 mil euros. Lembrou que este ano abdicaram da isenção, porque de acordo com as alterações preconizadas na Lei das Finanças Locais, a isenção apenas é possível existindo um regulamento que à data, o município de Alcochete não tem, mas que no futuro terá enquadramento na revisão do Regulamento de Taxas e Licenças.

Em relação à Participação Variável do IRS para 2021, é mantida a taxa de 5%, dado entenderem que já está a ser feito um esforço enorme na redução do imposto que afeta mais as famílias, que é o IMI. A redução na taxa variável para as famílias era pouco significativa, porém para o município implica uma redução de receita significativa.

A estimativa da receita corrente é superior à de 2019 e esta tem que fazer face à despesa corrente mais a amortização média dos empréstimos em vigor. Mais informou, que nestes documentos se junta a Tabela de Taxas atualizada à taxa de inflação prevista na Lei do Orçamento de Estado, porém, como esta ainda não é conhecida, não fazia sentido.

Em relação à Despesa e não obstante a necessidade de maior recrutamento face às necessidades identificadas no trabalho que estão a desenvolver, ainda assim, as despesas com Pessoal, cifram-se nos 44,85% e lembrou o descongelamento de carreiras e a atualização da tabela remuneratória e o SIADAP entre outros, que proporcionaram um aumento de cerca de 12% comparativamente ao orçamento de 2019.

Relativamente ao Mapa de Pessoal, salientou que apenas se apresenta a criação de 4 postos de trabalho para assistentes operacionais ao abrigo do Quadro de Competências para os municípios, no domínio da saúde. É dada continuidade ao trabalho iniciado e que se insere no âmbito das mobilidades intercarreiras que têm vindo a concretizar desde o momento zero até ao presente dia, com prolongação até ao final do mandato.

Em analogia com outubro de 2017, no momento, o Mapa de Pessoal tem 209 assistentes operacionais e em 2017 tinha 178; Tem 84 assistentes técnicos e em outubro de 2017 tinham 85 e mantem o mesmo número de técnicos superiores que em 2017. Tem 5 dirigentes e em outubro de 2017 havia 4. No total, há um crescimento de 31 trabalhadores face a outubro de 2017.

Considera que o Orçamento é equilibrado quer na Receita quer na Despesa, mas em outubro de 2017 o valor da dívida total era de nove milhões e oitocentos mil euros e à data de hoje, é de sete milhões e setecentos mil euros, sendo que nestes está considerada

a importância de um milhão duzentos e trinta mil euros que respeita ao financiamento para a Escola Básica do Valbom.

Foi reduzida em cerca de dois milhões de euros a dívida total em dois anos, mantendo um elevado grau de investimentos plasmados nos documentos em discussão.

Destacou com satisfação o facto de a dívida a longo prazo ser superior à de curto prazo o que não acontecia há já muito tempo. Trata-se de uma regra básica, de gestão rigorosa e a gestão que está a ser feita deve ser enaltecida, porque no momento a dívida a longo prazo é superior à dívida a curto e médio prazo. Tudo indica, que quando se efetivar a passagem do Saldo de Gerência na assembleia municipal de abril, este se cifre nos €7 107 000,00.

Nos documentos previsionais já estão dotadas as empreitadas que se encontram em curso e as que transitam de um ano para o outro, nomeadamente a escola Básica do Valbom, a rua do Láparo, o espaço público do Valbom, o polidesportivo do Valbom, entre outros.

Está previsto desenvolver a segunda fase da requalificação da Escola do Monte Novo, a requalificação e ampliação da Escola Básica do Samouco, a requalificação do polidesportivo de S. Francisco, a segunda fase da requalificação da Quinta da Praia no Samouco, a requalificação do Albergue da Juventude de Alcochete, arranjo exterior do Fórum Cultural, construção da rede ciclável e pedonal na avenida Canto do Pinheiro, requalificação do parque de merendas na Fonte da Senhora, requalificação do interior e exterior do pavilhão municipal de Alcochete, aquisição de um autocarro e colocação em prática de eficiência energética na piscina municipal.

Disse também, que por administração direta já está em andamento a implementação da vedação nova e construção de quinze boxes no canil municipal, entre outros.

Quanto à rubrica "Outros", tal como em reuniões mantidas com o PSD e a CDU, foi tido o cuidado, para de forma técnica explicar as questões que impedem um maior detalhe nestas rubricas.

Foram também criados incentivos à reabilitação urbana, penalizando quem não recupera e beneficiando quem efetua obras de requalificação e conservação nos núcleos antigos das freguesias do concelho.

- Luiz Batista:

Referiu que a Derrama se trata de um imposto adicional àquilo que as empresas já pagam de IRC e reverte a favor dos municípios que têm a premissa de o lançar sempre só sobre o lucro. Esta receita tem vindo a aumentar, o que se traduz num bom sinal, ou seja, que a atividade no concelho tem estado a evoluir, contudo, lamentou que não seja possível manter um incentivo de chamamento fiscal às empresas que venham a instalar-se no concelho, pelo que deseja que no próximo ano já existam condições para voltar a implementar esta medida.

- Álvaro Costa:

Entende que a câmara poderia ter sido mais audaz no que respeita ao incentivo, dado que o concelho está a atravessar uma atividade económica muito importante e valiosa e nesta conjuntura, acha que havia condições para que esta fosse recompensada, através da chamada de mais atividade económica e que fundamentalmente as pequenas e médias empresas se radicassem mais no concelho. Na sua opinião, existe situação financeira para que isso aconteça.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 CDS-PP) e 12 abstenções (10 CDU e 2 PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Fizeram Declaração de Voto:

- Susana Maia, em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Luiz Batista em nome do PSD. 8Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ricardo Loureiro em nome do PS dizendo: “A bancada do PS votou favoravelmente o ponto 2 da Ordem de Trabalhos relativamente ao lançamento da Derrama. Consideramos muito importante todos os incentivos fiscais que possam ser entregues a entidades empresariais e pelo motivo principal que é a captação de novo emprego para a região. Portanto, tudo o que for para captar mais empresas é importante. No entanto, consideramos que em virtude de todo o investimento que ainda existe por fazer e pelas prioridades que existem em função das famílias de Alcochete, existem outros impostos importantes onde é necessário fazer reduções e existem ainda outros investimentos a decorrer. Pode não ser o momento oportuno para reduzir estas taxas, daí votarem favoravelmente e claro que no futuro, como sempre estaremos abertos à análise e ao estudo de possibilidades de reduções em tudo o que são cargas fiscais.”

PONTO 3 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2021

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Afirmou que se trata de um complemento de impostos que todos pagam anualmente e que tem a ver com a remuneração que cada um auferir com o seu salário. O município de Alcochete tem aplicado desde sempre a taxa máxima, não devolvendo assim, nada aos seus munícipes, contudo, percebe que qualquer redução poderia ter um peso significativo para a câmara municipal. Em função da atividade económica existente, entende que no próximo ano este imposto deveria ser analisado, no sentido de considerar a devolução de uma pequena fatia aos munícipes.

- Álvaro Costa:

Referiu que o entendimento da CDU é o mesmo. Deve ser tido em atenção que a redução só se sentirá em 2021, existindo por isso, todas as condições para ajudar as famílias neste tipo de carga fiscal, de forma a que a sua situação melhore.

- Presidente da câmara:

Concorda com todos os que defendem a redução de impostos, porém, pela ponderação feita, com esta, colocar-se-ia em risco os investimentos que estão a ser feitos.



Frisou que quem faz a gestão é o executivo e não obstante gostarem de partilhar e discutir as matérias com a assembleia, tem que ser seguido um caminho, que é o de proceder ao trabalho que entretanto pelos mais diversos motivos não foi feito até agora e isto não é compatível com a redução de impostos. Esclareceu que caso o município de Alcochete abdicasse da taxa variável de IRS, deixariam de receber transferências do Estado.

Embora perceba as intervenções, as reduções foram feitas até onde foi possível.

- Luiz Batista:

Esclareceu que quando falou de impostos, foi especificamente do IRS e sabe o impacto que este tem. Quando sugeriu uma avaliação não foi por estar a colocar em causa a gestão do município.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (9 PS, 2 PSD e 3 CDS-PP) e 10 abstenções (CDU). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Fizeram Declaração de Voto:

- Rodolfo Pereira em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Luiz Batista em nome do PSD. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- José Luís Catalão em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 4 – TAXA MUNICIPAL DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2020 / DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO / FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO E REDUÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Informou que estão de acordo com as reduções que anteriormente foram feitas, mas dada a conjuntura, vê a hipótese de uma redução e às vezes, 0,1 ou 0,2 dá maiores condições às famílias.

Vive-se um momento de desafoço financeiro e as perspetivas é que continue a melhorar, pelo que seria a altura de poder apoiar mais as famílias, com este imposto.

- Luiz Batista:

O IMI, na sua opinião, representa a maior fatia dos impostos nas receitas municipais. É importante e significativo e tem a ver com o património e com quem tem casa própria.

A taxa em 2018 era de 4,45%, em 2018 de 4,25% e agora está em discussão a taxa de 3,99% para 2019. Observa que em quase todo o país há um sentido de redução, dando como exemplo Palmela que tinha a taxa de 3,8% e passou para 3,7% e outros de 3,6% para 3,5%.

Em Alcochete estão a funcionar com a centésima, ou seja, estão a ter o preciosismo de ir à milésima, questionando por isso, qual a diferença entre 0,4% e 3,99%?

Desafiou a câmara a descer a taxa para 3,9%, porque representaria cerca de 70 mil euros, o que entende ser uma verba ajustável dentro de um orçamento de 19 milhões.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu que uma casa de cem mil euros em Alcochete paga de taxa 3,59% e não 3,99% porque tem de se somar o IMI Familiar para quem tem dois filhos. Na comparação com Palmela, devem entrar os cálculos globais.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que Palmela tem a taxa de 3.6% e o Montijo 3,8% e que no distrito de Setúbal, Alcochete está na 12.^a posição da taxa mais alta.

Em relação ao IMI Familiar, discorda do presidente da câmara, porque ninguém tem um número de filhos igual e pode até nem ter nenhum. Entende que as contas devem ser feitas na base de quem não tem filhos.

- Presidente da câmara:

Informou que antes de enviar a proposta a reunião de câmara, foi feita uma análise às taxas de outros municípios, mas aquele que o preocupa, é Alcochete. O facto é que em 17 anos, a taxa de 3,999% é a mais baixa.

Não aceita o desafio de Luiz Batista, porque senão deixaria de ser pintado o pavilhão de Alcochete, por exemplo.

A situação de desafogo económico não permite colmatar todas as carências que o município tem. Quaisquer setenta mil euros podem parecer uma importância banal, mas para o executivo é de uma importância fundamental.

- Luiz Batista:

Lamentou que o presidente não tenha aceite o desafio que lhe lançou. Disse ainda, que após consulta a alguma legislação sobre isenções e reduções de taxas aplicados aos empreendimentos de utilidade turística, ficou com dúvidas, pelo que questionou, relativamente ao empreendimento “Praia do sal” o que foi isento para a questão das escrituras, quais as frações que estão dadas para turismo e as que não estão.



- Presidente da assembleia:

Esclareceu que não é a câmara que legisla sobre reduções (a norma foi extinta), mas sim a Assembleia da República.

- Luiz Batista:

Em face da explicação, questionou de que é que beneficiou o empreendimento?

- Ricardo Loureiro:

Afirmou que olhando para a atual conjuntura, em Alcochete, é fácil perceber que não existem muitos imóveis arrendados. Cada vez são mais as famílias que se instalam em Alcochete com habitação própria. Certo, é que não existe nenhuma taxa que tenha um efeito e uma redução tão imediata como a do IMI, com a qual se congratula.

Uns poderão dizer que podia ser mais baixa e outros nem tanto, porém lembrou que quando tomou posse na assembleia municipal a taxa era de 0,45% e a proposta agora apresentada é de 0,3999%, ou seja, em dois anos teve uma redução de 11%, o que demonstra uma tendência de descida paulatinamente aplicada.

- Henrique da Câmara:

Em termos da gerência da câmara, questionou se não seria melhor o presidente da câmara atender ao desafio do deputado Luiz Batista em vez de ter tido um *Tuc-Tuc* a passear nas ruas, que não deu nada a ninguém.

- Presidente da câmara:

Quando afirmou que a taxa de IMI proposta é a mais baixa, está a constatar um facto e não a fazer comparações.

Em resposta ao deputado Luiz Batista, esclareceu que as frações existentes no empreendimento “Praia do Sal” são todas de índole turística; umas com mais tempo e outras com menos. Porém, se na realidade todas cumprem este propósito, não sabe. E nem é passível que seja a fiscalização da câmara a investigar a situação. Não é competência da câmara municipal.

Em relação ao *Tuc-Tuc*, referiu que se tratou de um investimento calculado e há situações em que hoje se perde dinheiro mas, mais à frente, poderão ser ressarcidos. É o que se chama o risco do investimento. Do ponto de vista da promoção e divulgação foi uma boa experiência e aguardam que os resultados sejam compatíveis com o projeto.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (9 PS, 2 PSD e 3 CDS-PP) e 10 abstenções (CDU). Documento anexo à Minuta da Ata)

Fizeram Declaração de Voto:

- Henrique da Câmara em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Luiz Batista em nome do PSD. (Documento anexo á Minuta da Ata)
- Sérgio Simões em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 –GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2020-2023, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2020 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Referiu-se essencialmente ao orçamento, dizendo que as opções da CDU seriam certamente outras. Teriam outras prioridades de que o concelho mais necessita, pelo que apresentariam documentos diferentes, na base de um orçamento que não depende de cada um, mas sim da conjuntura e das condições.

Congratula-se, porque em 2020 a câmara terá o maior orçamento de sempre, podendo atingir cerca de vinte seis milhões de euros, com a transferência do saldo do ano anterior que será mais ou menos equivalente ao do ano anterior.

Com estes valores, a câmara de Alcochete está a atingir o patamar das câmaras médias e esta dinâmica não deve ser esquecida, porque permite opções políticas mais audaciosas.

Quanto ao PPI e AMR nada têm a opor, para além de que a CDU teria estes documentos mais assertados e objetivos para as necessidades do concelho, do que os agora apresentados.

Regista-se um aumento crescente constante que assenta na atividade económica e de rendimentos do concelho em termos económicos, entendendo por isso que o orçamento poderia estar mais ao serviço do concelho e das suas necessidades.

- Luiz Batista:

Abordou o orçamento pela vertente política, porque o orçamento é sempre um instrumento político de quem governa a câmara. São assim, as opções de uma força política que ganhou e tem legitimidade para as colocar. Se fosse elaborado pelo PSD as opções seriam outras, dando como exemplo a entrada nascente da vila, que não seria prioridade face à via urbana com S. Francisco, porque são dois núcleos urbanos separados por apenas mil metros.

Também não vê refletida no orçamento a questão da habitação, que hoje em dia, é um dos fatores que mais atormenta as pessoas e sobretudo os jovens, porque o preço dos imóveis estão a ficar incomportáveis.

Torna-se necessário encontrar em conjunto com aquilo que o Governo pretende fazer, estar preparado para ter medidas que possam ir ao encontro da habitação a preços controlados, habitação para jovens, facilitação de terrenos, entre outros.

No Plano dos Autarcas, em termos de eficiência energética apesar de já se ter feito muita coisa, muito mais há a fazer. Aproveitando a renovação que está a ser feita nas escolas deve ser-lhes dada autossustentabilidade energética, instalando painéis fotovoltaicos e geração eólica, no sentido de ir ao encontro das atuais políticas atuais de energia

O orçamento já tem rubricas mais esclarecedoras, porém entende que ainda há muito a fazer.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 CDS-PP) e 12 abstenções (10 CDU e 2 PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Fizeram Declaração de Voto:

- Álvaro Costa em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Luiz Batista em nome do PSD. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Mafalda Catalão em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da ata)

Durante a discussão do ponto, o Presidente da Assembleia Municipal propôs o prolongamento dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:15 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,

